

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

tribui para a realização pessoal dos indivíduos e para alcançar objetivos de maior inclusão e coesão social.

O empreendedorismo tem vindo, assim, a ser transformado na panaceia que solucionará os graves problemas do desemprego desencadeados pela crise, através das políticas de apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e de inovação, e que atenuará os impactos da crise através das iniciativas solidárias do microempreendedorismo, do empreendedorismo social e do empreendedorismo económico solidário. É certo, no entanto, que a reestruturação económica em curso favorece o aparecimento de iniciativas individuais, formais ou informais, e que essas atividades desempenham um papel de algum relevo, quer na adaptação às crises, quer na sustentação da coesão social.

Tudo pesado, tudo leva a crer que a retórica do empreendedorismo e a tónica nas oportunidades de negócio produzidas pelas crises reforcem de forma clara o mito da autorrealização e do individualismo.

*Mónica Lopes*

## **Emprego**

No emprego incluímos todo o trabalho realizado a troco de uma remuneração, seja por conta própria ou por conta de outrem. A desregulação dos mercados de trabalho, acelerada a partir da década de 1980 com as políticas de reestruturação e liberalização económica, tem produzido *precarização* da relação de emprego, aumentando exponencialmente as chamadas modalidades atípicas de emprego (informal, temporário, a tempo parcial, sazonal, sub-remunerado, etc.), *flexibilização* dos tempos de trabalho, que se alongam e se tornam imprevisíveis e associadas, e *intensificação* dos ritmos de trabalho, designadamente, por via de aplicação de novas tecnologias.

As atuais políticas de austeridade eliminam emprego no setor público, um setor que no passado tendia a ser mais protegido, bem como no setor privado, em especial na indústria, na finança e nos transportes. Estes sub-setores foram os primeiros a sentir os efeitos da crise, provocando muito desemprego masculino; seguiu-se-lhe o impacto no comércio e nos serviços de proximidade, atingindo crescentemente o emprego feminino. Em consequência, têm-se acentuado a segregação e a polarização das estruturas de emprego em função do sexo e/ou da etnia e/ou da idade, com a concentração do emprego feminino, jovem e das minorias étnicas em postos de trabalho desregulados, mal remunerados e mal classificados. Estes grupos

engrossam a categoria de trabalhadores/as pobres. É neste sentido que se pode falar de uma «feminização» do emprego, para significar o efeito de disseminação das características do emprego (e do desemprego) feminino a todos os setores do emprego, e que se pode falar da perda da mais bem preparada geração, que se depara com falta de alternativas ao entrar no mercado de trabalho.

O desinvestimento público e a fraca efetividade de políticas de apoio à criação e manutenção de emprego refletem-se nos crescentes níveis de desemprego. Ao mesmo tempo, são múltiplos os sinais de quebra de qualidade do emprego, de declínio dos salários nominais e reais e de mudanças importantes na composição do emprego, donde resulta aumento da sua informalização e a intensificação da agricultura de subsistência e da produção doméstica. Em suma, uma remercantilização da força de trabalho.

*Virgínia Ferreira*

## **Energia**

A partir de 2004, a produção global de petróleo entrou em declínio: ou seja, o chamado “*peak oil*” – o pico máximo de capacidade produtiva global – foi alcançado de maneira estável, pois não é previsível um retorno aos níveis anteriores. “*Peak oil*” significa atingir a taxa de extração máxima do recurso mineral e entrar a partir daí numa fase descendente irreversível, devido à real escassez de petróleo face ao aumento da procura global. Embora existam outras fontes energéticas, como o carvão ou o gás natural, estas não podem substituir inteiramente o petróleo por terem características diferentes. Aliás, trata-se de recursos igualmente não renováveis. A não contingência da condição de escassez é o que diferencia a presente crise energética de outras crises energéticas da idade do petróleo, e especialmente as de 1973 e 1979, que foram causadas por acontecimentos de caráter político-económico e não por real falta de petróleo.

De facto, a humanidade já conheceu várias crises energéticas na sua história, como por exemplo a crise da madeira na Europa do século XVIII, que se resolveu com a mudança para o carvão mineral e outros combustíveis fósseis, dando início à idade do carbono. Essas crises energéticas do passado, todavia, nunca tiveram o caráter global da presente crise, pois o nível de integração económica do planeta era bastante inferior ao de hoje.